



# Uma década do Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas pública: princípios, práticas e desafios

## Ten years of the Food and Nutrition Education Reference Framework for Public Policies: principles, practices and challenges

### Editoras Associadas

 Cristiane Marques Seixas,  Juliana Pereira Casemiro,  Luciana Azevedo Maldonado,  Maria Fátima Garcia Menezes

### Editoras

 Ana Carolina Feldenheimer,  Renata Brum Martucci

Comemorar 10 anos do *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* é um privilégio e uma alegria. É com satisfação que apresentamos, aqui, os trabalhos selecionados com todo carinho e rigor que a data exige. Passaram-se dois anos desde que convocamos colegas a contribuírem para este número temático, um sintomático lapso de tempo que nos sugere que precisamos de tempo... tempo para pensar e repensar as práticas, tempo para decantar de nossas reflexões e construções teórico-metodológicas, elementos que indiquem as veredas onde os avanços no campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) estão sendo pavimentados para os próximos dez ou doze anos.

O *Marco*, nome carinhoso como tratamos essa publicação de 2012, *marca* de fato um contexto de fortalecimento dos espaços de participação social e de iniciativas intersetoriais para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). *Marca* também a relevante e necessária produção de uma reflexão crítica sobre as ações de EAN, valorizando-a nos diversos contextos em que já era desenvolvida e incentivando sua inserção em novos cenários.<sup>1</sup>

Esses novos cenários foram se apresentando ao longo dos anos, *marcados* também por uma série de adversidades, tais como: (1) os ataques aos referenciais da educação crítica, sobretudo a Paulo Freire, produzidos por uma onda conservadora que se espalhou em diversos aspectos da vida social; (2) o crescimento de perspectivas de atuação profissional fortemente marcadas pelos valores neoliberais que exercem sobre o nutricionista o ideal de tornar-se “empreendedor de si”; (3) a crise sanitária relacionada à Covid-19 e a necessidade de mudanças no cotidiano (incluindo o afastamento social), que demandaram adaptações às formas de cuidar da alimentação, nutrição e saúde e de fazer EAN; e (4) o desmonte, esvaziamento e reconfiguração das políticas públicas de SAN e de outras políticas sociais que, combinados com o contexto de crises (econômica, social, climática e sanitária), trouxeram o aumento avassalador da fome em todo país.

Além das adversidades, cabe aqui registrar os reconhecidos avanços relativos aos debates sobre ambientes alimentares, sistemas alimentares sustentáveis e justos e a visibilidade dada às questões de gênero e raça entre os determinantes da saúde, assim como as contribuições do *Marco* no estímulo ao registro e sistematização de novas práticas, múltiplos saberes e questões étnico-raciais em alimentação e nutrição. No contexto desses avanços, destacamos duas importantes iniciativas: em um primeiro momento,

em 2012, a criação da Rede Virtual Ideias na Mesa, com o intuito de favorecer a troca de experiências de EAN e o apoio à formação de profissionais para atuar nessa área;<sup>2</sup> e, mais recentemente o Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional (LIS-EAN), lançado no contexto da celebração dos 10 anos do *Marco* que se dedica a reunir experiências de EAN exitosas, além de sistematizar o conhecimento de maneira a ampliar o acesso e o compartilhamento entre gestores e profissionais da saúde e de outros setores.<sup>3</sup>

Reconhecemos nessas iniciativas a importância de descrever, sistematizar e publicizar essas experiências e, principalmente, de partilhar os sucessos de profissionais que atuam na EAN. Contudo, apesar da grande quantidade de relatos de experiências enviados para essa chamada temática, entendemos que era o momento oportuno de dar mais ênfase às lacunas, renovando, mais uma vez, os desafios com que somos confrontados em nosso cotidiano e possibilitando o avanço sempre possível e necessário ao campo da EAN.

Assim, os artigos aqui reunidos apresentam sistematizações e análises que, na esteira das inovações trazidas pelo *Marco*, puderam sustentar espaços nos quais, tradicionalmente, se desenvolvem práticas de EAN, como escolas, unidades de atenção primária à saúde, estágios e projetos de extensão desenvolvidos nas universidades, mas também apontar novos elementos que contribuem para uma concepção de EAN que se liberte das amarras de uma educação bancária. Esse é um desafio permanente e que ainda se impõe ao campo da EAN. Ou seja, mudar práticas não é nada simples, sobretudo quando nos vemos diante de uma formação profissional que se utiliza de abordagens pedagógicas tradicionais, por vezes voltadas a demandas de um mundo neoliberal que responsabiliza unicamente o indivíduo, e não renuncia a concepções arcaicas e normativas sobre os binômios saúde-doença, certo-errado, bom-mau.

O olhar sobre a práxis atravessou os longos dois anos do processo editorial e nos forçou a separar o “joio do trigo” e até mesmo o “trigo do trigo”. Nesse trabalho - para o qual precisamos escolher nossas lentes para melhor enxergar as permanências e inovações - nos surpreendeu que, entre as temáticas abordadas, não encontrássemos manuscritos dedicados à problematização da EAN junto aos trabalhadores, cenário importante que marca a origem da formação em Nutrição, juntamente com as escolas. Podemos depreender, talvez, um certo recuo no que diz respeito à priorização de cenários nos quais a EAN pode e deve estar presente.

Vale destacar que pudemos contar com contribuições que nos ajudaram a olhar o caminho percorrido, organizando historicamente as inovações construídas e possibilitando a identificação das lacunas nos processos decorrentes da publicação do *Marco* em 2012. Para consolidar uma perspectiva crítica, baseada na educação popular de Paulo Freire, é preciso ousar, se mostrar e expor os princípios de uma práxis, revisitando aquilo já foi pensado em outro momento.

Práxis é um conceito que fala da “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.<sup>4</sup> Mais do que um conceito, a práxis é uma experiência viva, vivida e que merece ser compartilhada para com ela construirmos novas possibilidades de estar no mundo, especialmente no mundo da alimentação e nutrição.

Se o conceito de práxis é essencial para pensarmos as práticas de EAN, o conceito de conscientização, uma das bases epistemológicas presentes no Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas<sup>5</sup> não é menos importante. Trata-se não da conscientização no sentido tradicional que encontramos disseminado no campo da EAN – aquele que implica que um profissional deva conscientizar o paciente do que é bom ou mau, do que deve ou não deve comer para alcançar uma alimentação saudável –, mas no sentido de que é preciso formar indivíduos conscientes e capazes de olhar criticamente sua realidade e, com

isso, tomar uma posição que nunca deixa de ser política. A vida é política. Comer é um ato político. A fome é política.

Seguindo as pistas deixadas por Paulo Freire e admitidas pelo campo da EAN como uma trilha a ser explorada, podemos considerar que “quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de ‘desvelamento’ da realidade”.<sup>1</sup> Ou seja, quanto mais o indivíduo/paciente e o nutricionista podem elaborar criticamente suas posições no mundo, mais eles podem compreender suas realidades e, com base nelas, construir soluções possíveis para as questões alimentares. A conscientização não consiste, portanto, em “estar frente à realidade”, descortinando-a para o outro ou assumindo uma posição de falso conhecimento da realidade. A conscientização, seja do nutricionista, seja daquele de quem cuida, não pode existir fora da “práxis”. A práxis é em si mesma uma ação-reflexão, uma experiência dialética que possibilita, ao mesmo tempo, o processo de conscientização e de construção do conhecimento.

Observamos que, no campo da Alimentação e Nutrição, o exercício crítico de olhar que a práxis implica é ainda incipiente. Privilegiamos, assim, manuscritos sobre a valorização da análise de práticas, saberes e cenários. Nesse sentido, temáticas caras ao campo da EAN são abordadas com base nos princípios apresentados no *Marco*, seja na direção de reafirmar sua pertinência, seja na direção de apontar o longo caminho para sua consolidação. É o caso, por exemplo, das temáticas relativas à formação permanente em saúde, à intersectorialidade e à transdisciplinaridade. O que parece, de certa forma, ser um consenso, é a escassez de estudos que avaliem a coerência entre as práticas em EAN e seus fundamentos teórico-metodológicos.

Por fim, cabe ressaltar que a presença de artigos que se dedicam a pensar as práticas de EAN em uma perspectiva interseccional traz novos horizontes para onde devemos dirigir nosso olhar, pois a construção de uma educação antirracista exige de cada um de nós algumas rupturas com os saberes e certezas que nos constituíram historicamente e que *marcam* nosso corpo e nosso campo.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
2. Recine E, Coutinho J G. Desenvolvimento de Capacidades e Troca de Experiências por meio das Redes Sociais – O caso da rede Ideias na Mesa. In: Garcia RWD, Mancuso AMC. Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2. ed. [S. l.]: Guanabara Koogan, 2017. p. 147-152.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional: Uma celebração dos 10 anos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Universidade de Brasília, Organização Pan-Americana de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.
4. Freire P. Pedagogia do oprimido. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
5. Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.